

PARQUES URBANOS NAS ÁREAS DE FRANJA DA ZONA NORTE DE SÃO PAULO: INSTRUMENTOS DE RESILIÊNCIA URBANA E AMBIENTAL EM CONTEXTOS DE MUDANÇA CLIMÁTICA

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Coordenadoria de Fomento à Pesquisa - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Julia Fernanda Garcia Bernardes ¹

Apoio: PIBIC CNPq

Angélica Tanus Benatti Alvim ²

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo ¹

Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo ²

<10428127@mackenzista.com.br>

<angelica.alvim@mackenzie.br>

RESUMO

A urbanização acelerada de São Paulo pressiona as áreas de franja, em especial na Zona Norte, agravando riscos socioambientais e perdas ecológicas. Nesse contexto, os parques lineares destacam-se como instrumentos de infraestrutura verde, articulando preservação ambiental, inclusão social e ordenamento territorial. Esta pesquisa analisou criticamente o Plano Municipal de Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), em diálogo com o Plano Diretor Estratégico e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir de dois estudos de caso: o Parque Linear do Canivete e o Parque Linear Ribeirão Perus. Ambos evidenciam como áreas de transição entre cidade e natureza funcionam como zonas de amortecimento, oferecendo serviços ecossistêmicos — regulação climática, drenagem urbana e proteção da biodiversidade — e ampliando o acesso a espaços públicos de lazer. Os resultados mostram que, quando integrados a políticas públicas e processos participativos, esses parques fortalecem a resiliência climática e a justiça socioambiental. No entanto, os riscos de gentrificação verde (mudança das características da vegetação atual) permanecem, exigindo medidas para garantir a permanência das populações locais.

Palavras-chave: Infraestrutura verde; Áreas de franja; Planejamento urbano sustentável; PLANPAVEL; Parques lineares.

ABSTRACT

The accelerated urbanization of São Paulo pressures fringe areas, particularly in the northern region, intensifying socio-environmental risks and ecological losses. In this context, linear parks stand out as key instruments of green infrastructure, linking environmental preservation, social inclusion, and territorial planning. This research critically analyzed the Municipal Plan of Green Areas and Open Spaces (PLANPAVEL) in relation to the Strategic Master Plan and the Sustainable Development Goals, focusing on two case studies: Parque Linear do Canivete and Parque Linear Ribeirão Perus. Both demonstrate how transitional zones between city and nature can act as buffer areas, delivering ecosystem services—such as climate regulation, urban drainage, and biodiversity protection—while expanding access to public leisure and community spaces. Findings indicate that, when integrated with public policies and participatory processes, these parks strengthen climate resilience and socio-environmental justice. However, risks of “green gentrification” remain, highlighting the need for measures that ensure the permanence of local populations. Linear parks, therefore, play a strategic role in reconciling environmental preservation with sustainable urban development in metropolitan fringes.

Keywords: Green infrastructure; Urban fringe areas; Sustainable urban planning; PLANPAVEL; Linear parks.

1. INTRODUÇÃO

As franjas das grandes cidades — áreas de transição entre centros urbanos densamente ocupados e territórios naturais ou rurais — vivem hoje um momento crítico. Nessas regiões, o avanço acelerado e frequentemente desordenado do desenvolvimento urbano provoca perda de biodiversidade, degradação de ecossistemas, poluição dos recursos hídricos e aumento de riscos socioambientais, como inundações, deslizamentos e ilhas de calor. Tais impactos, agravados pelas mudanças climáticas, evidenciam a urgência de incorporar estratégias de resiliência urbana e sustentabilidade ambiental ao planejamento dessas áreas.

Nesse contexto, a Prefeitura de São Paulo estruturou o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), aprovado pela Resolução CADES 228/CADES/2022. Mais do que um instrumento técnico, o plano busca integrar os sistemas de áreas verdes já existentes com novas propostas, alinhando-se aos princípios do Plano Diretor Estratégico (Lei Municipal nº 16.050/2014) e às diretrizes internacionais da Nova Agenda Urbana e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Sua relevância para as franjas urbanas reside na capacidade de orientar o uso e a preservação dos espaços livres, conciliando proteção ambiental, inclusão social e ordenamento territorial.

Parques e áreas verdes nessas regiões desempenham papel estratégico como zonas de amortecimento, oferecendo serviços ecossistêmicos essenciais — regulação térmica, filtragem de poluentes, proteção de mananciais, aumento da infiltração e controle da drenagem urbana (Gorski, 2009). Esses benefícios contribuem diretamente para a estabilidade ecológica e social, mas sua implantação exige atenção para evitar efeitos adversos, como a gentrificação verde (mudança das características da vegetação atual), que pode elevar o valor imobiliário e deslocar moradores de longa data.

A Zona Norte de São Paulo — que abrange os distritos de Santana, Tucuruvi, Jaçanã e Tremembé, parte da sub-bacia Juqueri-Cantareira — constitui um território emblemático para esse debate. Próxima à Serra da Cantareira, uma das maiores florestas urbanas do mundo, a região enfrenta forte pressão de ocupações irregulares e demandas por infraestrutura. Nessas circunstâncias, a efetiva implementação dos parques e sistemas previstos pelo PLANPAVEL torna-se decisiva para garantir a manutenção dos serviços ecossistêmicos, preservar a

biodiversidade, melhorar a qualidade de vida e controlar o crescimento urbano de forma ambientalmente responsável.\

O objetivo central desta pesquisa foi analisar o papel dos parques urbanos como instrumentos de resiliência urbana e ambiental na Zona Norte de São Paulo. O estudo partiu de uma análise crítica do PLANPAVEL e de sua articulação com o Plano Diretor Estratégico, observando também conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), ODS 10 (Redução das Desigualdades), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 13 (Ação Climática) e ODS 5 (Vida Terrestre).

O PLANPAVEL prevê diagnóstico e ampliação da rede de áreas verdes, integração de políticas ambientais em diferentes esferas de governo, diretrizes para criação e manutenção de parques e espaços livres, além de mecanismos de financiamento e gestão compartilhada. Entre os parques previstos, destacam-se o Parque Linear Ribeirão Perus, o Parque Linear Aricanduva, o Parque Linear Rio Verde-Jacu e o Parque Linear Capão Redondo, entre outros. O plano também consolidou parques já existentes, como o Ibirapuera, o Villa-Lobos e o Parque Linear do Canivete, integrando-os a uma rede de conservação ambiental e de uso público.

Dois estudos de caso foram escolhidos para análise aprofundada: o Parque do Canivete e o Parque Linear Ribeirão dos Perus. Ambos estão localizados em áreas de franja urbana e apresentam desafios socioambientais distintos, o que permitiu examinar como esses espaços verdes podem mitigar os impactos da urbanização precária, fortalecer a resiliência climática e ampliar o acesso a áreas públicas de qualidade.

Os resultados reforçam que a criação ou revitalização de parques nas franjas urbanas só alcança seu potencial pleno quando combinada a políticas públicas integradas, desenho e planejamento sensíveis ao território e processos participativos robustos. Mais do que equipamentos isolados, esses espaços devem ser concebidos como elementos estruturantes de uma estratégia mais ampla, capaz de articular conservação ambiental, justiça socioespacial e adaptação às mudanças climáticas.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa estruturou-se em um percurso metodológico baseado em três etapas complementares: revisão teórica, análise documental e estudos de caso. Esse encadeamento permitiu construir um diálogo entre fundamentos conceituais, diretrizes normativas e evidências empíricas. Para orientar a análise, foi adotado o roteiro metodológico de Gorski (2009), que organiza a investigação a partir de categorias como contexto, motivações, objetivos, diretrizes, propostas, implementação e impactos. Essas dimensões orientaram tanto a leitura crítica de documentos oficiais — como o Plano Diretor Estratégico (2002, 2014 e 2023) e o PLANPAVEL (Resolução CADES nº 282/2022) — quanto a interpretação dos dois estudos de caso.

O referencial teórico usou Gorski (2009), obras clássicas e contemporâneas que discutem a integração entre natureza e cidade. McHarg (1969), em *Design with Nature*, defende que o planejamento urbano deve ser guiado pelas condições naturais do território, visão retomada por autores como Franco (2000) e Pellegrino (2006; 2021), que destacam a importância da infraestrutura verde no ordenamento do crescimento urbano. Beatley (2011) e Hough (1995) reforçam a noção de cidades biófilas e da inserção cotidiana da natureza no espaço urbano, enquanto Benedict & McMahon (2006) ressaltam a relevância dos ecossistemas urbanos para saúde, bem-estar e resiliência climática.

Por outro lado, a literatura também alerta para os riscos sociais das políticas ambientais. Gould e Lewis (2017) chamam atenção para a “gentrificação verde”, quando parques e áreas verdes valorizam os imóveis e podem levar à exclusão de populações vulneráveis. Assim, a análise buscou não apenas destacar o potencial ambiental e urbanístico dos parques lineares, mas também refletir sobre justiça socioambiental e permanência das comunidades locais.

Nesse quadro, os parques lineares do Canivete e do Perus foram examinados como instrumentos de resiliência urbana nas franjas da zona norte de São Paulo. A metodologia permitiu compreender como essas áreas de transição entre cidade e natureza articulam recuperação ambiental, infraestrutura verde e inclusão social, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade, à manutenção e aos riscos de exclusão territorial. franjas urbanas, áreas de transição entre cidade consolidada e territórios naturais, enfrentam pressões crescentes da urbanização desordenada, que gera perda de biodiversidade, degradação ambiental e riscos socioambientais agravados pelas mudanças climáticas. Diante desse quadro, o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), alinhado ao Plano Diretor Estratégico e às agendas internacionais de

sustentabilidade, propõe integrar áreas verdes existentes e novas, conciliando preservação ambiental, inclusão social e ordenamento territorial.

Parques lineares e áreas verdes funcionam como zonas de amortecimento, prestando serviços ecossistêmicos — regulação climática, proteção de mananciais e drenagem urbana —, mas exigem atenção para evitar processos de gentrificação verde. A Zona Norte de São Paulo, próxima à Serra da Cantareira, é exemplar desse desafio, diante de pressões por infraestrutura e ocupações irregulares.

A pesquisa analisou o PLANPAVEL e dois estudos de caso — Parque Linear do Canivete e Parque Linear Ribeirão Perus —, mostrando que tais iniciativas ampliam a resiliência climática e a justiça socioambiental quando associadas a políticas integradas, planejamento territorial sensível e participação comunitária, configurando-se como instrumentos estratégicos de adaptação às mudanças climáticas.

A pesquisa estruturou-se em um percurso metodológico baseado em três etapas complementares: revisão teórica, análise documental e estudos de caso. Esse encadeamento permitiu construir um diálogo entre fundamentos conceituais, diretrizes normativas e evidências empíricas. Para orientar a análise, foi adotado o roteiro metodológico de Gorski (2009), que organiza a investigação a partir de categorias como contexto, motivações, objetivos, diretrizes, propostas, implementação e impactos. Essas dimensões orientaram tanto a leitura crítica de documentos oficiais — como o Plano Diretor Estratégico (2002, 2014 e 2023) e o PLANPAVEL (Resolução CADES nº 282/2022) — quanto a interpretação dos dois estudos de caso.

Nesse quadro, os parques lineares do Canivete e do Perus foram examinados como instrumentos de resiliência urbana nas franjas da zona norte de São Paulo. A metodologia permitiu compreender como essas áreas de transição entre cidade e natureza articulam recuperação ambiental, infraestrutura verde e inclusão social, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios relacionados à vulnerabilidade, à manutenção e aos riscos de exclusão territorial.

3. RESULTADOS

A análise dos parques do Canivete e de Perus é significativa por representarem experiências de preservação e requalificação das franjas urbanas, atuando como áreas de

amortecimento para proteção dos recursos naturais, valorização do espaço público e promoção da justiça ambiental. Esses projetos cumprem dupla função: conter a urbanização desordenada e conservar ecossistemas estratégicos, ao mesmo tempo em que criam espaços de lazer, esporte, convivência e educação ambiental. Ao fortalecer vínculos entre comunidade e território, ampliam a consciência socioambiental e contribuem para cidades mais resilientes e sustentáveis.

3.1 Parque Linear do Canivete

O Parque Linear do Canivete, localizado na Brasilândia, junto ao Parque Estadual da Cantareira, exemplifica a requalificação das franjas urbanas. Implantado ao longo do Córrego do Canivete, em área antes ocupada irregularmente, tornou-se equipamento de lazer, convivência e preservação ambiental. Inserido em bairro com cerca de 30 mil habitantes e histórico de carências de infraestrutura, o parque atende a demandas locais e regionais, articulando proteção ambiental, inclusão social e ordenamento territorial (Prefeitura de São Paulo, SVMA, 2025). Desenvolve-se ao longo de 900 metros até desaguar no Piscinão do Bananal, articulando drenagem e espaço público (Figura 01).



Figura 01 – Parque do Canivete e seu entorno. Fonte: Google Earth (2023).

Contextualização: A proposta surgiu em 2006, diante das vulnerabilidades do Jardim Damasceno, caracterizado pela ausência de equipamentos públicos e por riscos ambientais. Em 2008, a área foi classificada como Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA), com início do projeto executivo pautado em infraestrutura verde, drenagem, contenção de margens e inclusão

social. Oficinas públicas envolveram a comunidade e discutiram a realocação de famílias residentes em áreas de risco. As obras começaram em 2009, priorizando canalização de trechos críticos do córrego, passarelas, iluminação e recuperação da biodiversidade. O parque foi implantado em 2010 pelo Programa de Urbanização de Favelas da SEHAB, em parceria com a Subprefeitura da Freguesia do Ó/Brasilândia e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA, 2022).

Motivações: O projeto integra o Plano de Ação da Subprefeitura da Freguesia/Brasilândia e da SVMA, com foco em preservar áreas de franja e conter a expansão irregular sobre áreas de proteção ambiental. O local sofria com ocupações em APPs, margens assoreadas e risco de deslizamentos e enchentes que afetavam famílias instaladas em encostas íngremes.

Objetivos: Proteger a Mata da Cantareira, recuperar fauna e flora locais e conter a urbanização descontrolada. Além disso, buscou-se criar uma centralidade comunitária, oferecendo espaços de lazer, esporte e educação ambiental, conciliando preservação ecológica e requalificação urbana.

Diretrizes: (i) melhorar a qualidade de vida da população; (ii) ampliar modalidades de lazer; (iii) recuperar áreas degradadas e restaurar vegetação nativa; (iv) apoiar o desenvolvimento urbano sustentável.

Propostas: Estruturadas em quatro eixos — convivência, lazer, esporte e contemplação —, contemplaram soluções de drenagem sustentável, arborização, recuperação de nascentes e mobiliário urbano acessível. (Figura 02).



Figura 02 – Programa do Parque do Canivete. Fonte: Sun Alex (SMV/CPA/DPU), 2022.

Implementação: Requalificou cerca de 46 mil m², com canalização parcial do córrego, contenção de encostas, passarelas, quadras e praças. Aproximadamente 150 moradias irregulares foram removidas. Espécies nativas da Mata Atlântica foram plantadas, favorecendo o retorno da fauna silvestre. A comunidade passou a observar aves e pequenos animais, além de participar de ações educativas, pontos de reciclagem e placas informativas (SVMA, PLANPAVEL, 2022).

Relação com o entorno: O parque conecta bairros antes segregados, atua na prevenção da erosão, no controle de enchentes e na criação de infraestrutura verde com áreas permeáveis e drenagem natural. Além disso, promove mobilidade ativa com ciclovias e calçadas acessíveis. O processo envolveu a realocação de cerca de 600 famílias em situação de risco, contribuindo para um ambiente mais seguro e sustentável (Figuras 03 e 04).



Figura 03: Relação do parque com o entorno. Fonte: SVMA (2025)



Figura 04: Vegetação x cidade Fonte: Elaborado pela autora com base no Geo Sampa (2025)

Enfim, o Parque do Canivete adota uma estratégia de urbanismo ecológico e inclusão social, apoiada em processos participativos com a comunidade. Ao integrar recuperação ambiental, uso sustentável do espaço público e fortalecimento comunitário, configura-se como exemplo de infraestrutura verde que contribui para a resiliência urbana, promove justiça ambiental e reforça o sentimento de pertencimento.

3.2 Parque Linear Ribeirão do Perus

O Parque Linear Ribeirão do Perus, localizado no bairro Vila Aurora, entre o Rodoanel Mário Covas e a Linha 7-Rubi da CPTM, na Subprefeitura de Perus, foi concebido pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) como um parque de drenagem ou parque inundável. O projeto atua como infraestrutura verde para contenção de cheias e recuperação ambiental, ao mesmo tempo em que cria áreas de lazer e convivência comunitária. O terreno é uma antiga fazenda desativada, composta por vales, encostas verdes e vegetação heterogênea, com fragmentos de Mata Atlântica, bosques, frutíferas e eucaliptos, configurando um espaço estratégico de integração entre cidade e natureza (McHarg, 1969; Beatley, 2011).



Figura 05 – Parque de Perus e seu entorno. Fonte: Elaborado pela autora a partir de Google Earth (2025).

Contextualização: Os Planos Diretores Estratégicos de São Paulo (2002 e 2014) determinam que o sistema de áreas verdes deve integrar o sistema de drenagem urbana, reduzindo enchentes, evitando poluição hídrica e recuperando fundos de vale. Nesse contexto, em 2006 a FUPAM desenvolveu estudos preliminares para implantação de parques lineares (SVMA, 2023). Em 2007-2008, a Prefeitura emitiu Decretos de Utilidade Pública (DUP) para áreas prioritárias, incluindo Perus, e adquiriu 670.000 m² com recursos da venda de créditos de carbono do Aterro Bandeirantes. O projeto do Parque Linear Ribeirão do Perus foi então definido, destacando o Núcleo de Reserva como inovação em soluções integradas entre infraestrutura verde, azul e cinza (Alvim et al., 2025). Após revisões em 2015 e 2019, foi aprovado neste último ano. As obras iniciaram em 2022, com apenas o primeiro trecho em execução até o momento (Figura 06).

Motivações: O distrito de Perus enfrenta ocupações irregulares em margens de córregos, degradação ambiental e vulnerabilidade a enchentes e deslizamentos. A carência de drenagem e saneamento amplia riscos, enquanto a escassez de áreas públicas obriga deslocamentos para lazer. O parque surge como resposta para conciliar drenagem sustentável, preservação ambiental e oferta de espaços coletivos, valorizando a identidade local (Franco, 2000; Pellegrino, 2006).

Objetivos: Combinar recuperação ambiental e revitalização urbana, restaurando o Ribeirão Perus e ecossistemas associados; implementar sistemas de drenagem sustentável; reflorestar margens com espécies nativas da Mata Atlântica; criar espaços de lazer, esporte e cultura; conectar bairros separados pela ferrovia; ampliar a mobilidade ativa; e fortalecer pertencimento comunitário.



Figura 06 – Sobreposições de propostas para o Parque Linear do Perus. Fonte: SVMA (2025).

Diretrizes: Melhorar qualidade de vida; reverter degradação ambiental; atuar como equipamento de drenagem; valorizar mobilidade ativa; e consolidar participação comunitária.

Propostas: Estruturadas em três trechos (Alvim et al., 2025): Núcleo de Reserva: recuperação do Ribeirão, reservatórios, bacias de retenção, jardins de chuva, passarelas e ciclovias. Núcleo Lazer e Convivência: praças, playgrounds, academias ao ar livre, quadras, espaços culturais e edificações de apoio. Núcleo Conexão Urbana: integração com a malha urbana, ciclovias, trilhas acessíveis, passarelas sobre o ribeirão e articulação com o futuro terminal de ônibus e estação da CPTM.

Implementação: Até agora, apenas o Núcleo de Reserva está em execução. Foram realizados reflorestamento inicial das margens, limpeza de áreas degradadas, contenção de erosão, instalação de playgrounds, academias ao ar livre e trilhas acessíveis. Próximas etapas incluem corredores ecológicos, jardins de chuva, novas praças, ciclovias e áreas culturais.

Relação com o entorno: O parque integra recuperação ambiental, drenagem urbana e requalificação do espaço público. Cria conexões entre bairros isolados e novas centralidades para a região periférica. Embora em fase inicial, já é visto como exemplo de infraestrutura verde catalisadora de transformação socioespacial (Alvim et al., 2024).



Figura 07 – Parque Linear de Perus e seu entorno. Fonte: SVMA (2025).

Enfim, o Parque Linear Ribeirão do Perus adota uma abordagem de urbanismo ecológico e inclusão social, conciliando drenagem, recuperação ambiental e lazer. Quando concluído, terá potencial para consolidar-se como modelo de política pública integrada, fortalecendo justiça ambiental, pertencimento comunitário e resiliência da Zona Noroeste de São Paulo.

4. DISCUSSÃO: BREVE COMPARAÇÃO ENTRE OS ESTUDOS DE CASO.

Tanto o Parque Linear do Canivete quanto o Parque Linear do Perus situam-se na franja norte de São Paulo, região marcada por vulnerabilidade social, ocupações irregulares e forte pressão urbana. O Canivete se insere em um contexto mais localizado, no Jardim Damasceno,

bairro periférico com histórico de carência de infraestrutura básica, enquanto o Perus ocupa uma escala territorial mais ampla, em área estratégica entre o Rodoanel e a ferrovia da CPTM, em um terreno de antiga fazenda caracterizado por vales e fragmentos de Mata Atlântica (SVMA, 2023). As motivações também se diferenciam: no Canivete, buscou-se sobretudo reverter a degradação ambiental do córrego e realocar famílias em áreas de risco, transformando áreas ocupadas irregularmente em espaço público qualificado. Já no Perus, os objetivos são mais complexos, combinando enfrentamento das enchentes recorrentes, recuperação de margens degradadas e suprimento da escassez de áreas de lazer e convivência, ao mesmo tempo em que se articula drenagem sustentável e fortalecimento da identidade comunitária (Franco, 2000; Pellegrino, 2006).

Embora ambos compartilhem a meta de integrar preservação ambiental e requalificação urbana, o Canivete concentrou-se na escala local, voltando-se à recuperação da fauna e flora, à contenção da urbanização descontrolada e à criação de uma centralidade comunitária. O Perus, por sua vez, almeja maior abrangência territorial ao propor a recuperação do Ribeirão Perus, a implantação de reservatórios de contenção, a promoção da mobilidade ativa e a integração urbana, de modo a consolidar-se como centralidade distrital (McHarg, 1969; Beatley, 2011). As diretrizes de ambos os projetos convergem na busca por melhorar a qualidade de vida, recuperar áreas degradadas e preservar a natureza, mas o Canivete priorizou o ordenamento territorial e a criação de áreas de lazer em um bairro carente, enquanto o Perus acrescenta diretrizes específicas de drenagem sustentável, integração do córrego ao cotidiano comunitário e articulação com sistemas de mobilidade.

As propostas também revelam diferenças de escopo: o Canivete estruturou-se em quatro eixos — convivência, lazer, esporte e contemplação — aliados a soluções de drenagem simples e infraestrutura básica, ao passo que o Perus apresenta um desenho mais robusto, dividido em três trechos: Núcleo de Reserva (drenagem e reservatórios), Trecho de Lazer e Convivência (praças, quadras e espaços culturais) e Trecho de Conexão Urbana (ciclovias e passarelas sobre o ribeirão), evidenciando maior sofisticação na integração de infraestruturas verdes, azuis e cinzas (Alvim et al, 2025). Quanto à implementação, o Canivete foi concluído em 2010, já apresentando resultados concretos como recuperação ambiental, novos espaços públicos e retorno da biodiversidade. O Perus, por outro lado, encontra-se em fase inicial de obras, com apenas o primeiro trecho do Núcleo de Reserva em execução, incluindo reflorestamento,

contenção de erosão e áreas básicas de lazer, sendo sua efetividade dependente da continuidade das etapas e da manutenção futura.

Por fim, ambos os parques buscam reduzir a vulnerabilidade socioambiental e reforçar vínculos comunitários. O Canivete consolidou-se como centralidade local no Jardim Damasceno, valorizando o território, mas enfrentando riscos de gentrificação. O Perus, ainda em implantação, tem potencial para transformar a escala distrital, ao conectar bairros segregados pela ferrovia, criar centralidades e ampliar a mobilidade ativa. Assim, os dois casos demonstram como as áreas de franja urbana podem ser estruturadas como zonas de amortecimento entre metrópole e natureza, atuando como instrumentos de preservação ambiental e de promoção da justiça socioespacial.

O quadro 01 a seguir sintetiza os achados de cada parque à luz das categorias analíticas definidas.

Quadro 01 – Comparação dos estudos de caso segundo categorias analíticas

Categoria	Parque Linear do Canivete	Parque Linear Ribeirão de Perus
Contexto	Jardim Damasceno (Zona Norte), vulnerabilidade social, ocupações em APPs, córrego parcialmente canalizado.	Vila Aurora (Perus), área de fazenda desativada entre Rodoanel e CPTM, fragmentos de Mata Atlântica.
Motivações	Reverter degradação do córrego; conter ocupações; realocar famílias em risco; criar espaço de lazer.	Enfrentar enchentes; recuperar margens degradadas; suprir carência de áreas públicas; valorizar identidade local.
Objetivos	Requalificação urbana, controle de cheias, preservação ambiental, centralidade comunitária.	Recuperar Ribeirão; drenagem sustentável; reflorestamento; lazer, esporte e cultura; integrar bairros separados pela ferrovia.
Diretrizes	Melhorar qualidade de vida; ampliar lazer; recuperar áreas degradadas; conter novas ocupações.	Restaurar biodiversidade; atuar como drenagem urbana; valorizar mobilidade ativa; gestão comunitária.
Propostas	4 eixos: convivência, lazer, esporte e contemplação; drenagem sustentável; mobiliário acessível; canalização parcial do córrego.	3 trechos: Núcleo de Reserva (drenagem e reservatórios); Lazer e Convivência (praças, quadras, espaços culturais); Conexão Urbana (ciclovias, passarelas e integração com CPTM).
Implementação	Implantado em 2010; requalificação de 46 mil m ² ; remoção de 150 moradias; retorno da biodiversidade; infraestrutura de lazer.	Obras iniciadas em 2022; apenas o Núcleo de Reserva em execução; próximos passos incluem reflorestamento, praças e ciclovias.
Impactos	Melhor mobilidade; valorização de áreas degradadas; aumento do lazer; risco de gentrificação sem políticas de permanência.	Melhoria ambiental; ampliação de lazer e mobilidade ativa; fortalecimento comunitário; valorização imobiliária; risco de gentrificação.
Relação com o entorno	Criou centralidade no Jardim Damasceno, unindo preservação e convivência.	Potencial de transformar Perus em polo distrital, integrando bairros isolados e criando nova centralidade metropolitana.

Fonte: Elaborado pela autora com base em SVMA (2022; 2023; 2025), Prefeitura de São Paulo, Google Earth (2023), Geo Sampa (2025).

5. CONCLUSÃO

As franjas urbanas, zonas de transição entre cidade e áreas de preservação, assumem papel estratégico diante da urbanização descontrolada, da perda de biodiversidade e dos riscos socioambientais. Constituem áreas de amortecimento que, ao se converterem em parques, oferecem serviços ecossistêmicos essenciais — controle climático, filtragem do ar, proteção da fauna e flora — além de espaços de lazer e convivência.

O PLANPAVEL consolida essa visão ao integrar áreas verdes existentes e previstas, reforçando suas funções ecológicas e sociais. Como lembra McHarg (1969), o planejamento urbano deve ser guiado pelas condições naturais do território; no caso da franja norte de São Paulo, a presença dos córregos e da Serra da Cantareira orienta soluções de contenção da expansão desordenada, recuperação ambiental e valorização do espaço público. Autores como Beatley (2011) e Hough (1995) reforçam a importância de inserir a natureza no cotidiano urbano, por meio de práticas biofílicas e infraestrutura verde, enquanto Pellegrino (2006; 2021) e Franco (2000) destacam a necessidade de metodologias que combinem conservação, inclusão e participação comunitária.

A análise dos casos do Parque Linear do Canivete e do Parque Linear de Perus evidencia convergências e diferenças. O primeiro responde à degradação de um fundo de vale com foco em controle de cheias e recuperação parcial do córrego, mas com baixa participação social. O segundo busca uma integração mais ampla entre cidade e natureza, recuperando o Ribeirão Perus com drenagem sustentável, passagens urbanas e escuta comunitária. Ambos, contudo, enfrentam o dilema apontado por Gould e Lewis (2017) sobre a “gentrificação verde”: embora tragam valorização imobiliária e infraestrutura, persistem riscos de exclusão se não acompanhados por políticas de permanência.

Assim, ainda que com diferentes estratégias, os dois parques demonstram como as franjas urbanas podem se consolidar como territórios-chave para a resiliência ambiental e a justiça socioespacial, mas tais iniciativas só alcançarão sua plena eficácia se articuladas a políticas públicas de longo prazo, que unam preservação ecológica, inclusão social e gestão participativa.

6. REFERÊNCIAS

ALVIM, A. T. B. et al. Mudança climática, governança intersetorial e resiliência urbana: a sub-bacia Juqueri-Cantareira e o distrito de Perus na Região Metropolitana de São Paulo. Relatório parcial de pesquisa. São Paulo: Fundo MackPesquisa; CNPq, 2024.

BEATLEY, T. **Cidades biófilas: integrando a natureza no planejamento urbano**. Washington: Island Press, 2011.

BENEDICT, M. A.; McMAHON, E. T. **Green infrastructure: linking landscapes and communities**. Washington, D.C.: Island Press, 2006.

FRANCO, G. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000.

GOULD, K. A.; LEWIS, T. L. **Green gentrification**: urban sustainability and the struggle for environmental justice. New York: Routledge, 2017.

GORSKI, M. C. B. **Rios e Cidades: Ruptura e Reconciliação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

HOUGH, M. **Naturaleza y ciudad**: planificación urbana y procesos ecológicos. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). **Parques lineares: diretrizes de implantação e gestão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibam.org.br/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

McHARG, I. L. **Design with nature**. Garden City, NY: Natural History Press, 1969.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** – ODS. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PELLEGRINO, P. R. M. **Paisagem e sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

PELLEGRINO, P. **Cidades verdes**: estratégias para a sustentabilidade urbana. São Paulo: Manole, 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Plano de Bairro Brasilândia**. São Paulo: Subprefeitura Freguesia/Brasilândia, 2021. Disponível em: <https://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Decreto nº 59.497, de 14 de agosto de 2020. Cria o Refúgio de Vida Silvestre Anhanguera. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. São Paulo: PMSP, 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Parque Linear do Canivete – Região Norte. São Paulo, 2025. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/regiao_norte/index.php?p=24040. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Unidades de Conservação: Parques Naturais Municipais de São Paulo. São Paulo, 2025. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/unid_de_conservacao/parques_naturais. Acesso em: 29 jul. 2025.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Plano de Áreas Verdes e Espaços Livres do Município de São Paulo – PLANPAVEL. São Paulo: SVMA, 2022. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/planpavel/. Acesso em: 29 jul. 2025.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Parques da cidade de São Paulo. São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/. Acesso em: 29 jul. 2025.